

Esforço concentrado

O Congresso deverá votar, antes do recesso,

recomeça terça

recesso, mais de dez projetos

Mais uma rodada de negociações entre lideranças partidárias da Câmara e Senado deverá movimentar o Congresso Nacional, que a partir desta terça-feira, se reúne novamente em regime de esforço concentrado para tentar aprovar uma pauta de mais de 10 importantes e polêmicos projetos, dentre eles o novo Plano de Informática (Planin), a nova lei orgânica dos partidos e o pacote fiscal, que ainda não foi enviado ao Legislativo.

No esforço concentrado semana passada, os parlamentares conseguiram aprovar apenas a convocação da Constituinte e a reforma tributária de emergência. O vale transporte, só foi votado na Câmara e depende ainda da aprovação no Senado.

Até o dia 5 de dezembro, quando começa o recesso parlamentar, terão de ser votados o orçamento da União e do Distrito Federal, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), as alterações na lei orgânica dos partidos e no Código Eleitoral, o aumento do funcionalismo público civil, o Planin, o projeto de lei de cadastramento eleitoral, o novo prazo de filiação partidária e o pacote fiscal, além de outros projetos do Governo.

VOTAR TUDO

Apesar da extensa e carregada pauta, o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, garante que, durante estas duas semanas que restam antes do recesso, todos os projetos serão votados pelo Congresso Nacional. "Vamos efetuar votações até nas madrugadas para deixar tudo pronto", promete.

Ulysses Guimarães considera "polêmico" o Planin e "difícil" o projeto que prevê modificações na lei orgânica dos partidos. As divergências existentes sobre a nova lei de informática são antigas e deverão ressurgir com mais força durante esta semana, quando for colocado em votação o Planin. No Senado, o senador Roberto Campos (PDS/MT), liderando um grupo minoritário, continua defendendo o fim da reserva do mercado brasileiro da informática. Contra ele está a cúpula da Aliança Democrática (PMDB e PFL). A deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) é a mais ferrenha defensora da preservação da reserva de mercado no setor.

Por interessar diretamente aos parlamentares, a nova lei orgânica dos par-

tidos deverá ter votação mais demorada. Dentre as reformulações previstas, estão incluídas a extinção do candidato nato e das sublegendas para o Senado, a redução do prazo de filiação partidária — de 12 para oito ou nove meses — e a extensão das coligações às eleições proporcionais.

Os parlamentares do PDS, particularmente, deverão dificultar a votação, já que são favoráveis à redução do prazo de filiação de 12 para seis meses, ficara acertado anteriormente com as lideranças da Aliança Democrática. Na última semana, o líder do PMDB Pimenta da Veiga, revelou ao líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, que este prazo deveria ficar entre oito e nove meses, o que o deixou preocupado.

PACOTE FISCAL

A votação do pacote fiscal do Governo deverá causar grande movimentação no Congresso Nacional principalmente se implicar em mais aumentos de tributos, como prevê Prisco Viana (PDS/BA). "Já avisamos às lideranças da Aliança Democrática que votaremos contra qualquer matéria que signifique o aumento de tributos", afirmou o líder pedessista.

Na pauta que terá de ser votada até o dia 5 de dezembro estão incluídos ainda o projeto que prevê a concessão de royalties pelo petróleo explorado nos Estados e municípios, além de novos empréstimos internos e externos a Estados e municípios, a revogação do decreto-lei do ex-presidente João Figueiredo que torna vitalícias as nomeações dos atuais procuradores da República, permissão de sindicalização e redução para seis horas da jornada de trabalho dos economiários.

Amanhã, o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, se reúne com todas as lideranças partidárias no Congresso, quando será decidida a ordem de votação das matérias em pauta. O deputado Márcio Lacerda (PMDB/MT) não acredita que haja problemas como falta de quorum, já que "são todos projetos importantes e grande interesse do País".

Terça-feira, em reunião com o Conselho Político do Governo, o presidente José Sarney deve receber dos líderes do PMDB e do PFL o calendário para a aprovação de todos esses projetos antes do recesso parlamentar que começa no dia 5 de dezembro.